CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO EVOLUTIVA SINGAP

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar (doravante designado por Contrato) na sequência do procedimento pré-contratual, por ajuste direto, que tem por objeto a Aquisição de serviços de assistência Técnica e manutenção evolutiva SINGAP.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seu Anexo, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) em vigor e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º do mesmo Código.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução contratual

Os serviços serão prestados na sua totalidade até ao dia 31 de dezembro de 2023.

Cláusula 4.ª

Acompanhamento da execução do contrato

1. O adjudicatário deve designar um representante perante o contraente público para efeitos de acompanhamento da execução do contrato.

2. O contraente público designa como gestora do contrato Rute Pinho, a quem compete

acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, e como gestora do Contrato suplente, Ana Cristina Figueira.

Cláusula 5.ª

Preço base

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações associadas decorrentes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar o valor de 30.960,00 (trinta mil novecentos e sessenta euros) valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
3. Não há lugar a revisão ou atualização do preço, nem a pagamentos antecipados.

Cláusula 6.ª

Condições de pagamento

1. A obrigação de pagar o preço contratual vence-se com a entrega pelo adjudicatário de todos os bens objeto do contrato, e a respetiva aceitação pelo contraente público.
2. A quantia devida nos termos referidos no número anterior será paga pelo contraente público no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da receção da respetiva fatura.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento corrigido.

Cláusula 7.ª

Dever de sigilo e proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa ou detida pela entidade adjudicante, que possa vir a conhecer em função da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato a celebrar.
3. O adjudicatário obriga-se a cumprir a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, designadamente o disposto no Regulamento (UE) n.º 2016/679, de 27 de abril, e o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais a que tiver acesso por força da execução do contrato, estendendo-se esta obrigação a todos os seus colaboradores ou terceiros envolvidos nas tarefas inerentes à boa execução do contrato.

4. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o adjudicatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Sanções contratuais

1. Em caso de incumprimento do prazo de execução do contrato, fixado na cláusula 3.ª, por causa imputável ao adjudicatário, é devida uma sanção de valor correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual por cada dia de atraso.

2. A sanção prevista nesta cláusula será paga no prazo de trinta (30) dias após a notificação da aplicação da mesma.

3. As sanções previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 9.ª

Cessão e subcontratação

Só pode haver lugar a cessão ou subcontratação mediante autorização prévia e por escrito do contraente público e nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10.ª

Resolução contratual

1. Sem prejuízo de outras situações previstas na lei, designadamente nas situações a que se referem os artigos 333.º a 335.º do CCP, o contraente público pode ainda resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Se o adjudicatário incumprir de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações previstas no contrato;

b) Se ocorrer caso de força maior, nos termos da cláusula seguinte, impeditivo de execução do contrato em tempo julgado útil pelo contraente público, desde que o atraso provocado por tal circunstância seja superior a 10 (dez) dias relativamente aos prazos aplicáveis e/ou o fundamento invocado não constitua força maior;

2. A resolução do contrato ao abrigo do número anterior é efetuada por declaração escrita expedida por carta registada com aviso de receção, para a sede ou para o domicílio do adjudicatário, e produz efeitos a partir da data da sua receção.

Cláusula 11.ª

Força maior

1. São consideradas de força maior apenas as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas por uma das partes, que, cumulativamente, sejam alheias ao seu controlo, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Quaisquer circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, auxiliares ou fornecedores do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como associações ou grupos de sociedades suas subcontratadas;

c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência seus ou ao incumprimento de normas de segurança;

e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário;

f) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. Quando considere verificar-se um caso de força maior, quem a invoca deve comunicar à contraparte a ocorrência da situação, no prazo de 5 (cinco) dias contados da verificação do facto ou do respetivo conhecimento, e indicar as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos e custos.

5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe à parte que a invocou fazer prova dos respetivos pressupostos.

6. A verificação de situação de força maior tem como consequência que os prazos estabelecidos no contrato sejam acrescidos do período de tempo correspondente ao impedimento resultante da força maior e ao que seja comprovadamente indispensável para recomeçar os trabalhos.

Cláusula 12.ª

Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato pelo contraente público por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento àquele de uma indemnização correspondente a 15% (quinze por cento) do preço contratual, a título de cláusula penal indemnizatória.
2. A indemnização é paga pelo adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do contrato.
3. O disposto no presente artigo não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, nem a reclamação de indemnização por valor superior ao previsto no n.º 1, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 13.ª

Comunicações e notificações

1. Salvo nos casos em que se disponha de forma diversa, todas as comunicações entre as partes efetuar-se-ão por correio eletrónico, tendo-se por realizadas nos termos do artigo 469.º do CCP.
2. As partes indicarão mutuamente os endereços de *e-mail* de contacto, e respetivos representantes para efeitos do artigo 468.º do CCP.
3. Em caso de mudança de contacto ou de representantes, as partes indicam os novos elementos através dos endereços eletrónicos elencados nos termos do número anterior ou dos que os tenham substituído.
4. Quando o disposto nos números anteriores se mostrar inviável, as comunicações entre as partes deverão ser efetuadas por meio de carta registada com aviso de receção dirigida para as moradas públicas/oficiais das partes.
5. No caso do número anterior as comunicações serão tidas por efetuadas na data em que for assinado o respetivo aviso de receção.
6. Em caso de mudança de domicílio do adjudicatário, este comunica ao contraente público a nova morada por carta registada com aviso de receção.
7. Em caso de mudança de domicílio do contraente público, este publicita no seu *site* institucional, no endereço eletrónico http://www.anqep.gov.pt.
8. A comunicação entre as partes é sempre efetuada em língua portuguesa.

Cláusula 14.ª

Resolução de litígios

Para o julgamento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da Comarca de Lisboa.

Cláusula 15.ª

Despesas

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este tenha de incorrer em virtude de obrigações que para ele emergem do contrato.

Cláusula 16.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente, pelo CCP.

Cláusula 17.ª

Alterações ao Contrato

Qualquer alteração ao contrato no decurso da sua vigência será sempre reduzida a escrito e objeto de acordo prévio entre as partes, devendo ser assinada por ambas.

Cláusula 18.ª

Entrada em vigor

O contrato entra em vigor com o envio da nota de encomenda.

Anexo I

Prestação de serviços de assistência técnica e manutenção evolutiva do SINGAP em funcionamento na ANQEP, nomeadamente:

SINGAP – Recursos Humanos

- Avaliação de Desempenho;
- Gestão de Horas Extraordinárias;
- Gestão de Assiduidade;
- Gestão de Ajudas de Custo;
- Gestão de Recursos Humanos e Organizacional;
- Processamento de Vencimentos e Estatísticas.

SINGAP – Gestão Financeira e Patrimonial:

- Gestão de Aprovisionamento;
- Gestão de Encomendas e Faturação;
- Gestão Orçamental, Contabilidade Pública, Tesouraria e Reconciliação Bancária;
- Home-Banking;
- Prestação de Contas;
- Preparação de Orçamento.

É ainda necessário garantir a prestação das seguintes atividades:

1.Disponibilização de acesso ao portal Platina, para registo de incidentes e interação com as equipas de manutenção técnica da Quidgest;

2.Apoio técnico e esclarecimento de dúvidas por telefone ou e-mail durante o horário normal de expediente (dias úteis, das 9h às 13h e das 14h às 18h), sobre a configuração e o funcionamento do software abrangido por esta proposta;

3.Deslocação às instalações da ANQEP de um técnico para intervenção no local e dentro do seu período normal de funcionamento, perante questões que não possam ser resolvidas no quadro da assistência telefónica ou através de acesso remoto e que não resultem do uso incorreto do software;

4.Correção de erros eventualmente encontrados: a manutenção corretiva é desencadeada depois da ocorrência de uma falha, ou da sua deteção, de forma a repor o sistema em bom estado de funcionamento;

5.Manutenção evolutiva, através do fornecimento de atualizações das soluções para suporte de alterações legislativas ou melhoria das funcionalidades (desde que não provoquem: alterações ao âmbito do projeto, alterações profundas ao sistema, por ex.: alterações significativas no modelo de dados, e não sejam desenvolvimentos específicos do organismo) que a Quidgest considere importante incluir no sistema informático com vista a otimizar a sua prestação e assistência técnica global até ao limite de 14 (catorze) horas mensais.
6.As atualizações das soluções SINGAP, objeto desta proposta, serão devidamente disponibilizadas e, após autorização da ANQEP, deverão ser instaladas pela ANQEP;7.A prestação de tarefas que exijam apoio presencial tem lugar tem lugar nas instalações que a entidade ocupa à data de assinatura do contrato.

O procedimento inclui ainda serviços de apoio à migração do SINGAP para Azure, a efetuar durante 2023, constituídos por um pacote de 100h, a faturar em função da sua execução. Estes serviços incluem a definição dos procedimentos e o acompanhamento da migração de todos os módulos do SINGAP para este serviço de cloud.